

Orçamento Participativo – Ensaio Ético

Crítico

Jandir João Zanotelli*

Resumo: O presente texto tem como objetivo oferecer à reflexão elementos que dêem sustentação teórica ao Orçamento Participativo. A discussão passa pelo que se entende por participação tendo como seu eixo fundante a categoria da analética enquanto alicerce da ética. Discute também a importância dos pressupostos éticos e políticos que devem guiar o OP.

Palavras-chave: orçamento participativo; democracia; ética; analética.

1. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

1.1 O que é

A hipótese e pressuposição deste estudo para compreender o Orçamento Participativo são: o OP é um processo de Democracia Participativa que nasce de uma decisão política caracterizada por uma escolha ética. Integra os seguintes elementos:

o clamor das vítimas produzidas pelo sistema de produção e reprodução capitalista (ou não) globalizado surge, e se impõe para todos a exigência: “*as vítimas devem poder viver*”, as vítimas do sistema devem ser incluídas na partilha dos bens produzidos pelo sistema;

o OP ensaia uma resposta e alternativa: “*as vítimas não só devem poder viver*” mas “*as vítimas podem viver*” e, então, “*todos podemos viver*” (produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana auto-responsável em comunidade)¹.

O princípio fundamental da ética (teórico e prático) material e universal superando as éticas formais ou as materiais delimitadas num só contexto (como o do consumo no mercado), parece ser: o dever de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em

* Professor Titular na Universidade Católica de Pelotas onde ministra disciplinas em cursos de Graduação e Pós-Graduação.

¹ Cf. E. DUSSEL. *Ética da Libertação*.

comunidade, institucionalmente. Encontrar necessárias mediações econômicas-políticas-sociais-culturais que permitam a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade: eis o compromisso ético. Aí o OP tem sua validação e seu horizonte.

Como as ações e instituições com pretensão de bondade não são boas em sentido absoluto, gerando vítimas, é preciso instaurar permanentemente uma ética da libertação que:

- a) negativamente afirme que as vítimas devem poder viver;
- b) discursivamente elas devem poder participar da argumentação da maneira, do processo, dos caminhos de sua libertação;
- c) e, em tudo, buscando as transformações sócio-político-culturais com pretensão de justiça.

Este processo ético-político de participação popular não é um conceito ou um processo apenas dialético, um jogo de oposições de interesses, um jogo de suplantação dos interesses de uns pelos interesses dos outros, mas é um jogo analético em que o interesse de todos conflui no interesse dos mais fracos e excluídos como condição e como legitimidade da luta pelos interesses de todos. No interesse da inclusão dos excluídos, assumida pela comunidade dos excluídos, apoiada na solidariedade ética daqueles que com ela se comprometem, está o sentido até revolucionário do Orçamento Participativo.

Na medida em que fugir deste compromisso e deste caminho, o OP passa a ser uma simulação, um disfarce e uma traição à causa popular e, conseqüentemente, à causa de cada homem e de todos os homens.

1.2 O Orçamento Participativo como participação

Como o próprio nome indica, o OP é o exercício da concepção analética de participação. E esta supõe, no mínimo: a construção de condições de igualdade, liberdade e fraternidade como compromisso ético permanente, sempre renovado.

A participação não é uma concessão, um favor, magnanimidade de quem tem o poder, ao pobre, ao excluído, como exercício de virtude de quem concede, como prática da “*caridade cristã*” visando à salvação do generoso. Torna-se impossível a participação se aquele que detém o poder por representação, não devolver o poder concedido a quem o concedeu. Se, como dizia Rousseau, a Assembléia do Povo não retomar permanentemente

sua soberania indelegável, exercida momentaneamente por seus servidores encarregados das funções do Estado.

“Todo poder emana do povo e ele o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” diz a Constituição Brasileira. A concepção de propriedade aplicada ao poder e, pior ainda, à representação do poder (o representante é o dono do poder e ele o exerce como bem entender) torna impossível a participação. Não só é impossível a participação do povo, usurpado que foi, mas também, do detentor do poder.

Para que haja participação real (e não trejeito, ritual apenas da participação) é preciso que o detentor do poder devolva-o, renuncie a ele sempre que estiver frente àqueles que lhe deram a representação. É preciso retornar sempre à idéia de soberania popular da Assembléia, como dizia Rousseau².

Isto implica que o representante do povo deverá ouvir o povo em tudo o que o povo tem para dizer. E o que o povo disser é o que vale. E o que o povo quis dizer deve ser interpretado segundo o que o povo precisa (suas maiores necessidades) e não segundo a facilidade, a disponibilidade ou factibilidade de quem manda. E não se pode fazer de conta que se ouça, fazer de conta que se ouviu, ou, pior ainda, que já se sabe o que o povo quer dizer, ou que o povo não sabe o que quer nem como dizer o que quer. E não se pode pôr na boca do povo o que se quer que ele diga, como assentimento, consenso com as linhas programáticas de “*meu*” partido ou “*minha*” ideologia, mesmo que elas se digam e propalem como sendo populares.

Deve-se ultrapassar o cinismo: de escutar para não ouvir, de falar para não dizer, de encenar a participação para que não haja participação.

É o povo que deve dizer o critério, refletida, dialogada, debatidamente. E então o povo é sempre sábio quando falar a partir de si próprio e não for subsumido no projeto hegemônico da elite que manda: primeiro atenda-se aos que menos tem, para depois atender aos outros. Primeiro o que é útil a todos, para depois atender o que é útil a um grupo, setor ou indivíduo. O mais fraco, o excluído, passa a ser critério ético e político da determinação das prioridades de ação. E este critério ético-político é o que permite (analeticamente) fixar e superar a oposição dialética de excluídos e incluídos, de representantes e representados, de sociedade e Estado.

² Se isto não é possível numa sociedade complexa, se o factível, no momento é ligar (associar) à Democracia representativa elementos de Democracia direta (como dizem os teóricos do OP em Porto Alegre) pelo menos se deve estabelecer o critério que: a participação direta é o critério ético-político da Democracia.

E não se diga que é suposição ingênua pensar que os pobres e excluídos sejam solidários. Na verdade, só não crê nisso aquele que projeta sobre os pobres e excluídos, o critério que ele mesmo tem de egoísmo absoluto ditado pela propriedade do supérfluo como demonstração de poder. Esta é a atitude de desespero de quem se sabe isolado, sem poder *ser com-o-outro*³.

A participação implica em processo, em institucionalização e em sua constante superação. É preciso rito, organização, como meio, como caminho ditado pela participação e seus critérios. A burocracia e o ritual não geram nem mantêm a participação, mas são como seu corpo, indispensável e insuficiente, sempre de novo refeito saudavelmente.

No contexto de iniciativas que procuram resgatar as raízes da Democracia onde todo cidadão tem direito a votar e ser votado, onde cada um vale um voto de igual peso, onde o voto deve expressar a opinião livre de cada um, onde vigora o princípio da maioria numérica nas deliberações, onde se reconhece o direito das minorias, onde a liberdade de opinião e de imprensa, a liberdade de reunião e associação sejam garantidas, alternativas são implementadas no mundo de hoje como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular que aparecem em nossa Constituição.

O Orçamento Participativo emerge como uma alternativa significativa de participação política onde os cidadãos “estão envolvidos no processo político, mobilizados para participar e detêm os recursos necessários à participação (inclusive o acesso à informação)” como diz Nuno P. Monteiro⁴. Os participantes motivados e com garantias exercem o direito com regras e meios, dentro de uma ética fundamental de comunicação. Votam, influenciam, cooperam, contatam, decidem como diz Ricardo Magnus Rangel⁵.

Utilizando o critério de alteridade analética como condição das relações dialéticas de conhecimento, de relação e inter-relação (econômica, política, social, cultural) poderemos ver criticamente o programa Orçamento Participativo em todas as suas etapas: a) no planejamento e preparação, b) na execução (convites, reuniões, decisões), c) na aplicação do decidido, d) na avaliação e acompanhamento.

³ E se a população participante “*quebrar a cabeça*” em decisões menos sábias e das quais venha a se arrepender, isto não será mais desastroso do que as decisões de burocratas da elite que quase sempre erram e sempre erram em detrimento dos mais fracos.

⁴ Nuno P. MONTEIRO. *Cadernos Socialistas*. p. 13.

⁵ Ricardo Magnus RANGEL. *Participação: Tributo à Soberania Popular*. p. 18-25.

2. ELEMENTOS TEÓRICOS INDISPENSÁVEIS À COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO

2.1 A analética como fundamento da ética

A analética é a possibilidade de pensar o Orçamento Participativo.

A ética é a filosofia primeira. A política é a concretização da ética.

O homem é um ser de relação. A relação genuinamente ética do homem é a relação fraterna, cuidadosa.

Toda coerência, toda lógica, toda a gramática resulta da relação de cooperação (colaboração solidária) ou de opressão. A linguagem é a articulação existencial e viva da relação.

A relação pode configurar-se como uma ação estratégica ou ação comunicativa...

O Orçamento Participativo é um fato político. Pretende ser a realização política de uma Democracia Participativa, como processo de participação popular. O pensamento filosófico da modernidade (Racionalismo, Iluminismo, Positivismo, Romantismo, Existencialismo, Filosofia Analítica, Fenomenologia...) não é o fundamento suficiente para compreendê-lo⁶. Igualmente a Dialética não dá conta do fenômeno. A analética enquanto pensamento crítico de alteridade permite fundamentar o OP.

A analética, enquanto pressuposto da dialética, tem como horizonte teórico a experiência da alteridade.

A analogia enquanto possibilidade de superação do unívoco e do equívoco e sua oposição necessita da alteridade da síntese que, com Cirne Lima denominamos de razão transcendental, e, com Dussel denominamos razão metafísica, enquanto autodeterminação dialógica do ser. Neste caso o ser não é apenas fundamento, mas alteridade.

A analética reconhece e dá identidade à dialética e seus movimentos, tanto em suas posições tética e antitética, quanto em sua posição de síncrese (utópica, adivinhativa, antecipativa, hipotética) e de síntese como resultado ultrapassador.

A analética não pretende apenas constatar que a realidade, a vida, o conhecimento, a ação e a história, contêm a oposição dos contrários e a negação da negação (como *aufhebung* que nega e conserva o negado elevando-o, subsumindo-o num patamar mais

⁶ Cf. nosso trabalho *Orçamento Participativo*. 2003.

elevado), mas pretende, com a alteridade mostrar a possibilidade fática, teórica e existencial da vida humana como síntese. A analética, enquanto filosofia da alteridade, se faz, então, filosofia primeira, ética.

No cara a cara, experiência que se vive originariamente quando escutamos o clamor das vítimas, está o critério ético de toda luta e de todo o consenso. A ética não deriva do conhecimento teórico, mas vice-versa, o conhecimento, a argumentação, a validade derivam da ética. A ética é a filosofia primeira, e não apenas filosofia aplicada, “*prática*”.

A ética não é apenas coincidência do sujeito consigo mesmo. A identidade pessoal, inclusive enquanto sujeito, não se adquire olhando no espelho a própria imagem, nem a imagem contrária que nos nega e anula, mas adquire-se no diálogo e na construção de caminhos comuns que nos faz, na fadiga do trabalho, repartir o mesmo pão, fazendo-nos assim “*companheiros*”.

Com quem e com quem nos defrontaremos para adquirir nossa identidade nacional ou de cidadania? Na alienação de nossa comunidade, de nossa pátria, vivendo mimeticamente a história, a civilização, a cultura dos outros para que aprendamos a perceber que não somos ainda, que nunca fomos, e que somos menos?

Nossa hipótese é a de que a construção participativa de nossa identidade pode ser mediada pelo OP. O OP, como exercício e realização da Democracia em direção a um Estado Democrático de Direito, pode ser a concretização de uma ética no respeito à alteridade ou ser apenas a reprodução mimética de nossa alienação.

Na alteridade analética, que se faz síntese e comunidade, está a possibilidade da efetiva participação. E nesta está a possibilidade do Orçamento Participativo enquanto exercício popular e democrático de política.

O OP não pode ser compreendido como um movimento incluso na mesmidade do sistema, seja ele um modo de reprodução econômico-político-social-cultural, capitalista, de direita ou de um socialismo que faça da outridade do excluído apenas uma abstração universal de classe ou de gênero humano. Nunca, sob pena de se negar a si mesmo, poderá ser determinado pela univocidade da classe, do Estado, do Poder, ou da autoridade, daqueles que dominam ou detêm a hegemonia da argumentação e do microfone. Enquanto apenas razão e estratégica de poder o OP poderá ser, então, a negação ética da participação e da cidadania.

O OP, por outro lado, não poderá também ser determinado apenas pela negação antitética do poder, da autoridade, da instituição, como se fosse o fluir da vida sem norma e sem lei. A

participação não é apenas anarquia, sem regra, nem norma, nem instituição, nem é imune à ideologia⁷. Nem é, por outro lado, a soma de ambos: posição e contra-posição. Ele encontra critério e fundamento epistemológico, ético e político, na alteridade do mais fraco e do mais pobre enquanto fora do sistema, enquanto excluído, põe em cheque o sistema, clamando por justiça e instaurando, assim, a ruptura e abertura do sistema para o além de si, e propiciando a seus agentes a conversão ao serviço do mais pobre.

Nisso, o OP abrange e subsume a ética utilitarista, comunitarista, formalista exigindo um critério material, com valores e fins deontológicos, com verdade e validade discursiva e libertadora⁸.

Numa concepção unitária do humano (para além do dualismo antropológico e ético, esquizofrênico, que os indo-europeus e o Estado de Cristandade nos legaram⁹) que supõe a integração do desejo, da vontade e do conhecimento (coração e razão), a concepção analética de alteridade supõe a conjugação de ética e conhecimento. Mais supõe a subordinação do conhecimento à paixão, ao desejo, ao ético. Não é a razão que determina a vida e sim a vida quem determina a razão como uma de suas astúcias. O que nos empuxa para a síntese não é apenas um princípio explicativo como a natureza (a água, o ar, o fogo... a *physis* diziam os filósofos pré-socráticos), não é apenas o número, a forma, não é apenas o pensamento (o *nous*, dizia Heráclito), não é apenas a idéia universal ou o Bem enquanto abstração, ou o Pensamento que se pensa a si mesmo e que nada tem a ver com as coisas que estão abaixo da lua, nem é o Ser enquanto Ser enquanto *ousia* (de Aristóteles), nem é o Deus figurado por algumas religiões como luz, como espírito... mas é o amor de justiça que clama desde o excluído como referência e como mediação.

A analética, não é, pois, apenas a solução das aporias lógicas da dialética, enquanto conhecimento, mas é o pressuposto de possibilidade do viver humano, do agir humano, do compreender e do conviver. A ética é a *Filosofia Primeira*, dirá Levinas.

A possibilidade do outro, dentro de uma comunidade de comunicação, do não previsto na comunidade, embora as decisões da comunidade incidam sobre ele, do excluído tanto na comunidade

⁷ Perigo este denunciado por P. Ricoeur, quando mostra a tentação de reduzir ideologia às determinações das classes sociais, como justificação dos privilégios das classes dirigentes, ou encontrar para além da ideologia um lugar seguro imune: a ciência, a filosofia...

⁸ Cf Dussel. *Ética da Libertação*: na idade da globalização e da exclusão.

⁹ Cf. Zanotelli. *América Latina*: Raízes Sócio-Político-Culturais.

como da comunidade, de sua voz e de seu voto para reinterpretar a comunidade como para abri-la para fora dela, é a condição de participação real e por isso do próprio Orçamento Participativo.

O real mais imediato para o homem é o outro homem. A relação originária do homem é com o outro: o útero, o peito, a voz, o afago materno. Desde essa relação, e nela, acontece o conhecimento do mundo e de si mesmo. Neste experimentar-se, face a face, cara a cara, como ser-com o outro, está toda a possibilidade de síntese e de ser. Tudo será mediado pelo ser-com, inclusive a consciência autônoma de si mesmo. Toda relação será sempre marcada sensorialmente, afetivamente, racional e produtivamente pela presença do outro que nos acolheu, nos enviou e convidou: uma experiência ética.

O apelo do outro nos constituiu e implantou definitivamente na existência. O saber nasceu como sabor do outro e o conhecimento como ato de sexualidade (conjunção carnal) que plantou em nós a esperança da felicidade orgástica do amor.

O real não é apenas o real em sua imediatidade. Negar o real em sua imediatidade é exigir que ele se mostre mais do que ele mesmo. Tudo o que é real não é apenas ente. Não haveria diferença entre o que é e o ente. O ente é finito, delimitado, por todas as outras realidades. A delimitação se faz pela contraposição de um ente às outras essências. Negar uma essência que, para ser negada necessita antes ser delimitada pelas outras essências é exigência de dupla prioridade, é não delimitar, nem negar.

É preciso guardar a identidade dos opostos, sem diluí-los na pretensa síntese. Para que haja síntese é preciso antes de mais nada ouvir e guardar o que o outro disse em sua concretude. Para ouvir o que ele quis dizer, é preciso entender o que ele disse. No que ele disse, contraposto ao que os outros dizem e ao que eu quero dizer, é possível chegar à síntese do que devemos dizer. A partir do que eu devo dizer e do que tu deves dizer, é possível entender o que digo e tu disseste.

É preciso reter a identidade dos opostos enquanto opostos: acolher os opostos, ouvir, discernir seu sentido, sua mensagem, como não oriunda apenas da negação do outro. Assim a justiça na política não nasce da situação ou da oposição, nem do consenso de ambas, se não tiverem o critério superador de ambas em sua relação: a alteridade.

Relembremos que a síntese não resulta da soma dos opostos, nem da imposição de um dos opostos: nasce da exigência imanente da transcendência. Ela ultrapassa e guarda nosso dizer, no dever-ser utópico da verdade e da justiça revelada pelo excluído.

Assim, para exemplificar, ensinar e aprender é fazer sínteses e refundar sínteses já feitas topicamente. A síntese exige que tenhamos uma opinião, que a neguemos na condição de absoluta, e a proponhamos para o confronto com a opinião dos outros, com as outras opiniões; que não fiquemos no mero confronto eleitoral do coletivo, forçando o diálogo para que nossa opinião seja a vitoriosa, hegemônica, aparecendo como se fosse o consenso; mas que nos façamos dispostos e disponíveis ao apelo que nos supera e, assim, nos guarda¹⁰.

Ninguém é dono, proprietário, intérprete autorizado da transcendência. Ela nos faz, se dóceis a seu apelo, pastores, zeladores, servidores de sua epifania e presença. Quem se libera à verdade do ser, testemunha ao outro viandante errante o apelo que se faz ouvir. Enquanto testemunha obediente ao caminho, ensina ao outro a possibilidade de identidade que se revela no caminho da simplicidade de ser com o outro.

Monoteísta, profeta do Outro, sem dobrar o joelho diante de nada, diante de ninguém, nem diante de si mesmo, desde a síntese que a alteridade sugere e implica, o homem adquire sua identidade, face a face com o outro homem, construindo a história em suas múltiplas dimensões. Pode-se incluir aí o OP.

A síntese suprema nasce do silêncio audiente da transcendência que se revela no rosto do pobre que clama por justiça. Aí está o critério de identificação e de superação dos opostos.

A realidade, a história, a sociedade são dinâmicas, mudam, transformam-se, *necessariamente*. É uma necessidade ética, moral, dizem os excluídos, os oprimidos. Uma necessidade econômica, política, social. Uma necessidade ontológica e meta-física. A síntese não está já feita desde sempre.

Pelo lado contrário, a estabilidade, a ordem, a “paz” são a realidade “*necessária*” do cosmos, dos entes, da história, da ética e da religião dizem os dominantes cujo interesse é continuar com o domínio e a hegemonia, fazendo crer que seus interesses, traduzidos em conhecimento, sejam a verdade. Verdade amparada na situação de fato, na epistemologia e hermenêutica dos fatos eficazes, na política, na religião, na tradição como “*mestra do futuro*” e que ensina por repetição. A síntese já foi feita e acabada. Cabe-nos, apenas, guardá-la.

É preciso um *meio-termo* entre estabilidade e mudança, uma mudança com ordem, mantendo os valores “*tradicionais*” num

¹⁰ Cf. M. Heidegger. *O Caminho do Campo*.

ecletismo que não vá nem tanto ao mar nem tanto à terra, dizem os que se beneficiam com o poder sem estar no poder. É um pensamento habitual da classe média, enquanto servidora da classe alta. Nada de revolução. É preciso uma evolução cautelosa, lenta e gradual¹¹, alterando um pouco as funções, mas mantendo o todo estrutural e funcional.

Na história do Ocidente, a Filosofia identificou-se com a ontologia, anulando a dialética, mesmo quando se denominou a si própria de dialética. Fez-se um sistema fechado, com princípios absolutos postos como fixos e como garantia da ordem. Correspondeu à necessidade dos dominadores. A dinâmica dialética já não seria necessária uma vez que a síntese já estava pronta desde sempre.

Por isso, no Estado de Cristandade (especialmente entre 313 a 1648) e na Europa Moderna, a alteridade do pensamento semita foi transformada em ideologia, má consciência: teoria formal que não pode interferir na vida prática, não pode sujar as mãos¹². A vida prática seria dirigida pragmaticamente, sem teoria crítica. Assim os interesses da classe dirigente poderiam vigorar como fundamento. Igualdade, liberdade, fraternidade, sim, conquanto não se apliquem à realidade econômica, política e social e não valham de fato para todos. Só valem para os mesmos, que preenchem as condições prévias desses conceitos: a burguesia. Apenas um princípio formal como ilusão de boa consciência e para que não surja o poder da negatividade da alteridade, que é a possibilidade da dialética e da síntese.

Um dos critérios para não deixar aflorar a negatividade é dizer que hoje temos “*mais*” liberdade, igualdade, fraternidade do que antes e que devemos nos contentar, nos alegrar com isso. Assim volta a vigorar o poder “*ordenador*” da ontologia, enquanto ideologia. A metafísica, porém, como filosofia da alteridade, não é isso. Deve recuperar seu poder de negatividade. E fazer-se, permanentemente, a caminho.

A lógica econômica, política, social e cultural do mercado que se fez capitalismo e globalização, porém, não admite outro critério que não o da propriedade, base de toda filosofia grega e ocidental. Por consequência, o mercado liberado por si e para si mesmo praticará sua única lei: a da competência e da exclusão. Para poder funcionar o mercado não admite a inclusão. Aqui a dialética, apenas negativa é mera oposição, justificação da exclusão. Imposição de um dos opostos, impossibilidade da síntese.

¹¹ Discurso próprio dos presidentes militares brasileiros durante a ditadura pós 1964.

¹² Cf. Kant. *Crítica da Razão Prática*

As relações de mercado não são relações dialéticas (positivas), porque a dialética implica a possibilidade da conciliação, da superação dos pólos num patamar anterior e superior à oposição. E a exclusão, como toda a predicação negativa¹³, é sempre absoluta.

A oposição dialética é, porém, sempre relativa e afirmativa. É uma relação de contrariedade e não de contraditoriedade. Na relação de contrariedade, ambas as proposições são universais, mas o que é afirmado é particular, porque o predicado de toda a proposição afirmativa é sempre particular, ao passo que a exclusão tem sentido universal e absoluto. A afirmação particular não resulta de nenhuma das duas proposições, porque, se ambas podem ser falsas, é certo que nunca as duas podem ser verdadeiras. Se uma for verdadeira, a outra será necessariamente falsa. Da falsidade de uma, porém, nada se conclui¹⁴.

Toda predicação, toda proposta, toda alternativa que se “atribua” a uma situação, a um problema ou programa, será sempre particular, finita, limitada, nunca absolutizável. A absolutização de uma proposta, alternativa ou instituição, (que intencional ou não intencionalmente sempre gera vítimas) por melhor que ela seja, e máxime quando ela tenha representado uma solução de um problema anterior, é uma traição à história que é dialética e analética. Será uma idolatria, a divinização de um boneco de barro como diziam os semitas¹⁵.

O absoluto que se manifesta como transcendente e imanente à história é, ao mesmo tempo, a) um “dever-ser”, b) uma imposição “apodítica” do método lógico, c) um “imperativo categórico” de justiça nas relações sociais, d)um princípio “monoteísta” da alteridade que tudo relativiza. Pervadindo todos os meandros da vida e da história, o absoluto se impõe como o dever-ser que empuxa toda a mudança, desde um início radical (criacionismo) até um julgamento final (escatológico). Como finalidade (causa final) é a causa de todas as causas, a medida de todos os meios, o motivo de todo o agir. Como último a ser atingido, o fim está intencionalmente antes de todo o agir: como modelo, como exemplo, como chamamento, como julgamento; e ele se faz epifania no rosto do excluído clamando por justiça.

¹³ Referímo-nos ao conceito da Lógica que, desde Aristóteles sempre afirmou: o predicado de todas as proposições afirmativas é sempre particular; o predicado de todas as proposições negativas é sempre universal, absoluto.

¹⁴ Cf Zanotelli, J. *O Orçamento Participativo*, Primeira Parte.

¹⁵ Cf. O capítulo 2 do Livro de Daniel, na Bíblia.

A transcendência se traduz e se revela no rosto e no apelo das vítimas: ajuda-me, socorre-me! O clamor por justiça da vítima é o critério analético de toda a dialética. A epifania do absoluto que julga a história. Ele se mostra como critério originário do homem: no trabalho vivo, como trabalho justo.

Essa alteridade é novidade que rebenta os quadros da previsibilidade da totalidade, dirá Dussel¹⁶.

É impossível uma dialética sem o absoluto ao mesmo tempo imanente e transcendente, a priori e a posteriori, como presença que interroga e dá a possibilidade da resposta.

Elaborar sínteses é o que define o processo histórico.

O absoluto não é a natureza (física). Ela não é o modelo da dialética com as quantidades mensuráveis e sua passagem para a qualidade. Nem a infra-estrutura econômica determina a história. A história é o espaço da liberdade que, nos condicionamentos materiais, tece e urde novos caminhos.

A totalidade que permite o sentido das partes, não pode ser idealista nem fatalista: é o surgimento permanente do novo. A dialética é a elaboração de sínteses instáveis, precárias, sempre superáveis como *aufheben*. Sempre, de novo, sempre teses apenas.

Fazedores de sínteses olhamos todas as coisas, pensamos e agimos a partir das sínteses que os outros já fizeram ou nós mesmos fizemos. A síntese é prévia, é meio e é o fim. Síncrise suposta e adivinhada como utopia e hipótese, desenrola-se como análise e posição dos opostos contrários, para concluir-se e acabar-se na superação que recolhe os opostos enquanto opostos e os consoma na transcendência ética. Todo agir é síntese. Todo o existir é síntese. Todo o fundar é sintetizar. O princípio é síntese. As mediações são sínteses. As mediações são postas como necessárias pela síntese que as transcende. Assim até a última e decisiva síntese, sem a qual nenhuma síntese é possível.

2.2 Perigos do pensamento dialético

São perigos para a dialética: a) permanecer na síncrise intuitiva como se ela fosse a síntese sem mediações (assim como ela foi dada pela tradição, como padrão de conduta); b) permanecer no jogo das oposições como se ele por si só produzisse a síntese

¹⁶ Cf. Marx vinculado a Hegel, a liberdade...Engels: o materialismo dialético e histórico; Lenin,...a elaboração precária de modelos; Stalin: o modelo único; toda discordância é traição. Gramsci, Lucaks, Benjamin: o não determinismo...a imprevisibilidade de modelos socialistas.

(como se a história fosse o resultado da luta de classes), como se a luta não fosse mediação apenas; c) imaginar-se na síntese final sem a peregrinação necessária pela precariedade de cada síntese que, ao acontecer exige ser superada.

Assim o *empirismo* (pelo qual o princípio é igual ao principiado), o *ontologismo cienticista e positivista* (pelo qual o princípio é o diverso, oposto enquanto oposto, do principiado), que faz da pura negação o fundamento, e o *absolutismo racionalista* que se põe no lugar de Deus, conhecendo a síntese final desde sempre e menosprezando os passos mediadores de cada síntese. Nesta, os dados concretos são subsumidos, engolidos, engolfados, destruídos na idéia ou espírito absoluto, a pretexto de serem elevados, sublimados, *aufgehoben*.

A analética nada mais é do que o cuidado para que a dialética possa ser realmente dialética e não se perca na síncrese, na análise ou na totalidade sem mediação. Por isso insiste na alteridade como eixo decisivo de interpretação da dialética, do ser, do pensar e do agir. O pensamento necessita ser analeticamente dialético. A técnica necessita ser analeticamente dialética. A ética necessita ser analeticamente dialética. Assim também a política, a educação, a sexualidade, o trabalho e a economia, a cultura e a religião. Cada um e todos esses aspectos devem resolver os dilemas do empirismo, do ontologismo e do absolutismo. A síncrese é insuficiente. A análise por si só é impotente. A afirmação dogmática absoluta é inútil. Não é porque somos peregrinos do absoluto no tempo que deixamos de ser peregrinos¹⁷.

Neste sentido o absoluto é prévio, imanente e transcendente ao processo. É *a priori*, é *in praesentia* e *a posteriori* do ser, do conhecer, do fazer, do agir, do crer. Ele é sempre o sonho presente que não aconteceu ainda, mas que é necessário: utopia. Ele é um dever-ser.

Assim, repitamos, o conhecimento (como a origem da palavra diz: cópula sexual, casamento) é um casamento de realidade e subjetividade. Nele a realidade, idêntica a si mesma e oposta à subjetividade, e a subjetividade idêntica a si mesma e oposta à realidade são negadas, identificadas e superadas.

Assim a linguagem, assim tudo. A palavra é síntese de som e sentido. A frase é síntese de sujeito e predicado. O raciocínio é síntese de premissas e forma ilativa. A sociedade é síntese de grupos. Os grupos são síntese de indivíduos como pessoas. O Estado é síntese de sociedade e dever-ser. O direito enquanto

¹⁷ Ernildo Stein, *Ideologia e História*.

norma é síntese de fato e valor. A participação é síntese entre o que eu quero e o que eu devo ante o querer dos outros.

O mais elevado grau de participação é a doação, a generosidade em que eu quero a tua felicidade e faço desse agir a minha felicidade. A história é síntese de fato (de fado, destino, imposição) e liberdade. O trabalho é o modelo de elaboração de síntese mais visível. O mal é a determinação da síntese a partir de um dos pólos como se ele fosse princípio. O bem é a identidade dos pólos e sua superação na transcendência.

Nenhuma síntese, porém, é absoluta, acabada, última, definitiva. Cada síntese é sempre apenas uma tese ou antítese em busca de um novo passo. O absoluto relativiza cada síntese, temporalizando-a, corroendo-a, negando-a na pretensão de ser definitiva e absoluta e empuxando-a para diante, para cima, analeticamente. Obriga-a a pôr-se a caminho. E no caminhar, cada síntese é apenas uma tese ou uma antítese suplicando por sua ultrapassagem como sua própria identidade frente ao outro pólo e pela força propulsora do absoluto que a invade, antes, agora e depois.

A totalidade como exigência e como horizonte que sempre mais se afasta quanto mais caminhar, é, no entanto, a medida de cada um dos nossos passos, o lugar próprio de cada coisa, a exigência ínsita de cada fazer e de cada agir.

“*O ser se manifesta como escondido*”, diria Heidegger e, no entanto, ilumina todos os entes. O Absoluto é, em si mesmo, a igual desigualdade que tudo faz igual a si na diversidade que identifica e aproxima. Ele é a identidade da identidade e da oposição. Por isso o homem é peregrino do Absoluto: em fazendo sínteses da diversidade que deve ser compreendida.

A pessoa, porém, não é apenas entendimento e compreensão. É também, paixão, querer, admirar e liberar-se à liberdade do outro.

Enquanto entendimento, a síntese nasce da necessidade de coerência e da insuficiência dos pólos opostos como opostos. A necessidade de coerência como dever-ser é princípio do pensar. É fundamento, pré-suposição, horizonte, necessidade. A contingência é constituída contingente pela necessidade e não vice-versa. Se a realidade é contingente e não pode ser pensada senão pela necessidade, pela universalidade e fundamento, é porque a contingência é constituída na autodeterminação do princípio em si mesmo. Assim os primeiros princípios (identidade, razão suficiente, coerência) são o suporte, a hipótese primeira de todo pensar.

O método científico parte sempre da hipótese e não da observação dos fatos, porque a observação só é possível a partir de um ângulo, de um ponto de vista, de uma hipótese. E, se os fatos se deixam observar a partir da hipótese, confirmam ou corrigem a hipótese, isto é corrigem a postura, o grau do ângulo de sua observação. O sonho, a hipótese, a utopia é sempre anterior, início da ciência e da experimentação. É também seu julgamento. O círculo: hipótese-experimentação-hipótese, como aprofundamento do saber é a hermenêutica analética que, em si, engloba a analítica e a dialética. Os diversos passos desse círculo só podem ser compreendidos a partir dele: assim a definição da hipótese, a matematização dos resultados, etc.

O Estado de Cristandade anulou a transcendência a partir do pólo dialético do Absoluto como contraposto ao contingente: Deus é o Absoluto e como tal é a autoridade, o proprietário, a causa de tudo; o mundo, o homem é contingência, efeito, dependência. O papa como representante de Deus e o rei como delegado do papa são o pólo absoluto, a autoridade, a causa, o bem, a justiça, a verdade. Aqui não há lugar para a alteridade e muito menos para o pólo extremo da alteridade: o pobre, o leigo, o índio, o negro, o infiel... Ora, o absolutamente outro, mostra-se como outro no clamor da vítima, do pobre, do índio...

Da mesma forma a Modernidade européia, liberal, capitalista, iluminista, racionalista, positivista, excluiu o outro e fez da subjetividade o absoluto.

O pensar, porém, em seus princípios e desdobramentos nasce da postura ética do cara-a-cara com a vítima cujo clamor nos dá a pensar.

A unidade dos opostos na dialética é suposta e deve ser repostada conceitualmente como conciliação¹⁸. A racionalidade precisa ser a conciliação de desejo e indignação¹⁹. Para Platão, o desejo é irracional e prepotente. A ira, a indignação deveriam servir à racionalidade. A racionalidade, porém, é ao mesmo tempo a identidade do desejo (do bem e do belo) e da impetuosidade de quem a busca. A racionalidade identifica, nega e guarda o desejo. A racionalidade não é apenas a lógica de si e para si mesma. Uma racionalidade absoluta, autárquica, que é para si própria medida e critério é sempre irracional. Este racionalismo, na verdade, é sempre uma crença ou uma credence no poder mágico do método (enquanto caminho absoluto) para chegar ao fundamento último e

¹⁸ Carlos Cirne LIMA. *A Lógica do Absoluto*. In.: *Síntese Nova Fase* 1993: 451.

¹⁹ Cf. livro IV da República de Platão.

absoluto de tudo²⁰. A racionalidade é síntese de desejo e indignação em sua identidade e possibilidade concreta. É síntese de fé (confiança) e coerência. O desejo e a indignação que se conciliam na racionalidade são, porém, o desejo do outro, a alteridade.

O conhecimento resulta de uma relação interpessoal. As relações de amor, de ódio, de aceitação ou exclusão, desde o útero materno, desde o sugar o seio da mãe, desde o carinho, o afago, a relação ob-audiente com o pai, com a mãe, desde o companheirismo com o irmão, a irmã...marcam a estrutura, o sentido e a profundidade do conhecimento. O conhecimento racional, lógico, sistemático é, na verdade, uma justificativa, uma argumentação da relação pessoal vivida e expressa lingüisticamente. Não é o conhecimento que determina a relação pessoal, a relação ética. Mas é a relação interpessoal que determina a estrutura do conhecimento. E as relações interpessoais, face a face, acontecem materialmente como afago, como proteção, como economia (na relação de trabalho), como política e como criação e organização social e cultural. É sábio o provérbio popular que diz “*para quem ama tudo é belo*”, “*para quem odeia tudo é feio*”²¹. A radical relação pessoal é a relação de alteridade e não apenas a relação de um sujeito com o “*outro eu*”. Nem é, apenas a relação de um sujeito para com outro sujeito. A radical relação interpessoal é daquele que, estando no sistema, se abre, escuta o clamor da vítima excluída pelo sistema, e assim abre o sistema, e se desloca para que o clamor possa ser ouvido. Uma relação ética.

Sem ética e valores, sem desejo, portanto, não há racionalidade. A racionalidade é apenas uma das astúcias da vida, uma armadura, uma estrutura que permite espaço e vez à vida, começando pela priorização do mais fraco.

Mas, de que racionalidade se fala? Qual a racionalidade que permite a priorização do mais fraco? A racionalidade como força, como arma para con-vencer o inimigo? Ou será antes a lógica da alteridade, como doação, como serviço, como compreensão, como amor? A experiência da alteridade radical, da gratuidade não seria a experiência, a memória, a esperança do Absoluto? E, no entanto, não podemos confundir experiência do Absoluto com o próprio Absoluto: sacramento e não apenas símbolo²², dizem os cristãos.

²⁰ Cf. Jandir Zanotelli. *Ontologia do Diálogo*.

²¹ Freud insiste no caráter de “*racionalização*” do nosso conhecimento; Marx, no caráter ideológico de nossa cultura...

²² Os mitos dos povos indígenas da AL só se compreendem quando ritualizados. O rito faz parte do conteúdo do mito e seus símbolos (a música, a dança, o gesto). Assim os mitos e ritos não são apenas a representação da realidade, mas é um participar, um incluir-se na mesma realidade fundante e originária. Pela palavra ritualizada o homem

A ética enquanto fundamento da dialética é práxis, não teoria, e nem apenas sua aplicação. É opção, decisão, compromisso, muito mais que cumplicidade para com o excluído do sistema. Sem a priorização do mais fraco e do excluído não é possível a ética.

E como justificar esta ética? Pelo interesse da maioria? A maioria, porém, terá interesse em acabar com a exclusão? Pelo interesse do mais forte que até faz concessões (“*caridade*”) para poder mandar e oprimir? O interesse do excluído choca, fere, atrapalha, nega o interesse do mais forte e do “*bloco histórico*” que domina e tem hegemonia...

A ética será a lógica da necessidade da sobrevivência individual ou da espécie? O grito dos excluídos cada vez mais numerosos põe em perigo o sistema e então é necessário fazer-lhe concessões? Mas os excluídos são cada vez menos perigosos...Eles não têm poder, não têm armas, nem auto-organização...

Será a lógica do interesse? Do interesse da própria felicidade? Do interesse da salvação eterna? Do interesse do amor de Deus? Assim, amaremos o próximo como a nós mesmos porque Deus mandou? A relação com os outros é então apenas instrumento, para que agrademos a Deus e nos salvemos?

Será a lógica da obediência a um imperativo categórico: o dever como honra, dignidade, como norma em si e por si mesma (Kant)? Uma autodeterminação da subjetividade? A decorrência de um sentimento de culpa? De respeito às exigências da tradição e do tabu (Freud)?

Essas são questões que só encontram conciliação na ética da alteridade como fundamento do pensar e do agir.

Na ética da alteridade que é capaz de acolher o clamor das vítimas por justiça, a transcendência, não impõe o respeito ético, mas o propõe e se propõe como caminho, verdade e vida... A moral é norma estabelecida e exigível e está nos limites da experiência histórica e institucionalizada. A moral, porém, não é a ética, ela se mede pela ética e esta pela transcendência.

A ética funda toda compreensão e todo agir humanos. A síntese ética do encontro do homem com o outro homem, na justiça, dá sentido ao falar, ao fazer, ao pensar.

Assim o diálogo é a síntese ética da linguagem. Ele é anterior, presente e posterior a toda a pergunta e resposta. O diálogo não resulta das frases, assim como o sujeito e o predicado

atua o universo, a vida: existe. O mesmo pode ser dito da comemoração litúrgica do cristianismo pela qual se lembra, se espera e se realiza o que se lembra e espera. Apenas um aspeto mágico, contraposto ao real e objetivo? É possível entender a linguagem sem o ilocucionário, e perlocucionário?

não geram a frase, mas é esta que os constitui e identifica como opostos entre si. Ela os opõe, nega-os, supera-os e os mantém em sua identidade.

O diálogo é anterior à fala e à significação, ele funda a fala e a significação e suas normas e sistemas.

A comunhão também é anterior à interface, à comunicação, ao estar para o outro, à democracia. Quem não está vinculado, ligado, com o outro, não criará a vinculação por meio de teses e antíteses. Porque o homem é radicalmente vinculado, ele expressa, expõe, mostra e cria laços de comunhão e de oposição.

O “Espírito”²³ estrutura a comunidade, a partilha, o dialogar...e nessas estruturas e instituições, nessa temporalidade espacial, que se faz virtude, moral, direito, norma, língua... o “Espírito” se encarna e habita entre nós...Assim, para ver o “Espírito”, é preciso ver não apenas o sistema e suas normas, mas as fendas, as brechas, a negação do sistema no rosto do excluído do sistema: no rosto do pobre. Nenhuma estrutura ou sistema é capaz de comportar o “Espírito”. A estrutura revela, indica, desvela e mostra o “Espírito” enquanto se supera e se faz obediência ao abismalmente outro.

A pura e simples afirmação do sistema como absoluto é negação absoluta do Absoluto e do sistema: tudo se anula. Não há resgate, recuperação, superação, ressurreição da carne... É preciso vigiar, vigilar, cuidar da manifestação do Espírito, que é manifestação também do homem e da terra, e da vida... não só estar atento, mas ser cuidadoso...²⁴, “sorgen”²⁵. No visível há a epifania do invisível. Na forma, engravidando toda a estrutura, e deformando sua silhueta, está a vida. É preciso cuidar da forma para acolher a vida. A vida dá à forma sua devida forma e formato²⁶.

Assim a analética da alteridade permite compreender o pensar, o agir, o fazer; pensar o pessoal e o comunitário, pensar o interesse e o ético.

²³ Tomamos aqui a noção de Espírito que o cristianismo tem como aquele que constitui a “comunhão dos santos”. Modo parábólico de falar que o pensador não pode desprezar.

²⁴ Cf. Leonardo BOFF. *O cuidado*.

²⁵ Cf. M. HEIDEGGER. *Ser e Tempo*.

²⁶ Para aceder à verdade “é preciso deformar a forma e desfigurar a figura... flor e canto são o único caminho dado ao homem na terra para chegar à verdade” diziam os tlamatinimes Astecas.

3. PRESSUPOSTOS ÉTICOS E POLÍTICOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O conhecer, o fazer, o agir humanos partem, pressupõem e manifestam uma atitude ética de reconhecimento ou não da outridade do outro enquanto gesto de solidariedade ou dominação. Não há atitude neutra. A ética não resulta do conhecimento e de sua lógica mas, pelo contrário, o conhecimento resulta da ética e de sua lógica. A criticidade resulta e corporifica, materializa, a atitude ética de co-laboração, de solidariedade. Vice-versa não vale: não é suficiente uma atitude crítica lógica e metafisicamente para gerar solidariedade. A solidariedade acontece nas relações sociais econômicas, políticas, culturais e religiosas. Mas não nasce apenas delas.

A ética não resulta apenas de uma determinação da subjetividade de cada um, nem da autoridade histórica das tradições implantadas pela socialização do grupo a que se pertence. A ética não se resume à moral (um conjunto de normas e valores propostos e impostos a uma comunidade como comportamento que se espera, que é oportuno e que é necessário observar). Ela implica em envolvimento da liberdade em aceitar como válidas ou como não válidas as normas morais e em lutar para que o comportamento espelhe sua validação ou sua revogação para que a outridade do outro seja acolhida e respeitada. E se é verdade que a solidariedade exige organização, normas, ritos para vigorar (Durkheim), também é verdade que o rito, a norma, muitas vezes disfarça, dissimula, esconde relações sociais de opressão, de anti-solidariedade. E a solidariedade “*orgânica*” (e não apenas “*mecânica*”) exige não apenas a criatividade de novos padrões e ritos, mas o acolhimento à outridade do outro homem que, em si mesma, é novidade e criatividade abissal.

A ética não nasce apenas do consenso de um grupo de debate ou de convívio, nem do consenso de uma comunidade ideal de argumentação (as máfias também tem um coeso consenso). É verdade que um dos sinais indicativos de que uma atitude não é ética consiste em não admitir que ela seja submetida a uma comunidade de argumentação. Mas este pólo dialético não valida por si só o pólo oposto: é ético porque submetido à argumentação, de um, de alguns ou de toda uma comunidade. A ética transcende, fundamenta e dá sentido à comunidade e sua argumentação e não vice-versa. É porque a ética transcende a comunidade que ela deva ser validada pela comunidade e não vice-versa. A ética dá sentido à comunidade e ao debate e consenso da comunidade. Por isso o OP

não será uma atitude ética apenas porque resulta do consenso de seus participantes.

O trabalho é a atitude ética fundante: o trabalho vivo e não apenas a força de trabalho subsumida no processo de produção da propriedade cumulativa e exclusiva do capital. Ele é o critério.

O Orçamento Participativo supõe a dialética de autoridade e cidadão. Supõe que a participação mantenha e dê identidade à autoridade do Estado (e às Instituições da Sociedade Civil) e às necessidades e direitos dos cidadãos, enquanto opostos. Sem que um ou outro determine o contrário: não é o Estado ou a Sociedade que determina a cidadania, nem a cidadania que determina o Estado ou Sociedade. É a participação (ou exercício real da democracia) que determina um e o outro enquanto opostos, idênticos a si mesmos e vinculados na oposição. A renúncia ao poder totalitário e autodeterminante do estatismo é condição de possibilidade da participação, assim como a confirmação daquela autoridade pela participação cidadã. A ética da participação é transcendência analética em relação ao Estado e aos cidadãos. É nele que os direitos e deveres se constituem e realizam.

Os cidadãos para participarem não podem estar pré-determinados pelas instâncias previamente estabelecidas de participação (Sociedades, Igrejas, clubes, bairros de residência, poderes como câmara de vereadores, entidades...). A desconstrução das sínteses de participação prévias (embora permaneçam como lugar, condição, memória de outras participações), é condição de possibilidade de participação. Para que o movimento dialético possa acontecer é preciso ver que as sínteses, uma vez feitas, necessitam de ultrapassagem, convertem-se em teses. E a síntese posterior não deixa as anteriores petrificadas como dogmas absolutos. As formas de absolutismo sobre sínteses já constituídas podem negar o processo de participação, se, por dentro das próprias sínteses não se reviver a dialética permanente de participação: a superação analética.

Dentre os princípios político destacaremos os da Modernidade: Estado de Direito, Democracia Representativa, Direitos Humanos e, especialmente, Igualdade, Liberdade e Fraternidade e Soberania Popular.

Todos os homens são iguais em dignidade, livres, capazes de perfectibilidade expressa em utopias e esperanças, sujeitos da história em interdependência com cada um e com todos os outros homens, radicalmente solidários, elaboradores de mundos de significância: outro de cada um.

Os homens são radicalmente fraternos porque têm uma origem comum, formando uma só família (muito embora a diversidade de etnias, sexualidade, cores...) e uma só raça, e têm um “telos”, uma perfeição, uma escatologia comum. Todos são chamados à perfeição, à felicidade que poderia ser expressa pelo mito semita: o homem (homem e mulher) nasceu para transformar o mundo num pomar com todos os frutos possíveis, completamente irrigado, experimentando na nudez da verdade (e da intimidade sem máscara) a presença de Deus (que planta o critério da organização do pomar, empuxando o homem para mais além de seu próprio arbítrio) que passeia com o homem à brisa da tarde.

A igualdade, a liberdade, a fraternidade não são apenas uma ilusão impossível para justificar a “livre” concorrência do mercado, mas uma utopia que precisa acontecer para que a sociedade tenha sentido.

O povo é soberano (ele detém o poder máximo de governo e organização). Dele derivam as leis e a força para fazê-las cumprir. Da soberania popular nascem as utopias, exigências, princípios: igualdade, liberdade, fraternidade. O princípio político da soberania popular impôs-se, na Modernidade, como exigência fundamental, para ultrapassar as tiranias e despotismos religiosos e políticos estruturados no Estado de Cristandade. A voz de Deus está na voz do povo e não apenas na voz do rei ou da hierarquia eclesiástica, dizia a burguesia que buscava a hegemonia política. E desde então, o conceito mais conflitivo e ambíguo foi o de “povo”, “popular”. A burguesia é o povo e sua representação? Em que medida uma nação se constitui como soberana ante as outras nações e frente ao Estado que ela organiza como sua norma, seu poder e seu espaço de liberdade, igualdade e fraternidade?

Em que se funda a soberania popular? A) Na natureza humana (liberdade) e das coisas? B) No Estado-Nação? C) No fato da luta de classes e na lógica fatal da história? D) Na imprescindível condição da existência: para não morrer? E) Na exigência ética do viver e conviver? Para que a soberania popular não se faça anarquia suicida é preciso que ela seja controlada, tutorada, tutelada pelas lideranças (econômicas, políticas, sociais, culturais)? A burguesia é a classe social portadora das promessas e garantidora dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade? O Estado de Direito é a condição? A Democracia representativa é a condição? Ou a Democracia representativa seria apenas um meio, talvez uma condição, para operar a Democracia que é sempre direta, em seu nascedouro, em sua finalidade, e em seu exercício?

A Democracia direta deveria ser a utopia, o ético, a expressão da soberania popular e o restante (Democracia Representativa, Estado de Direito, a Legalidade....). A participação direta seria apenas e tão somente condição para o exercício da Democracia que só é Democracia se for direta? É o que aparece e se evidencia nas experiências democráticas de participação popular.

Neste sentido, o OP, (na impraticabilidade e mesmo impossibilidade de uma Democracia direta em sociedades amplas e complexas) seria um instrumento para articular a Democracia representativa com a direta.

O OP, enquanto exercício de Democracia Direta, enquanto manifestação da Soberania Popular, encontraria na ética da participação o seu fundamento.

A Ética da participação encontra na necessidade da inclusão dos excluídos, na priorização do mais pobre, no clamor dos oprimidos pelo sistema excludente sua razão de ser.

CONCLUSÃO

O OP para que efetivamente seja um instrumento válido da democracia participativa deve se constituir num processo oriundo de uma decisão política originada numa escolha ética. É preciso porém ter presente os fundamentos da ética. Não confundi-la e nem diluí-la simplesmente numa moral muitas vezes erigida a partir de princípios e pressupostos de grupos que dominam a sociedade a partir de interesses que atendem somente os seus próprios interesses.

O OP deve ser o exercício da concepção da analética. O clamor, a existência do outro em sua concretude se impõe na comunidade relacional da qual somos parte ativa e constituinte.

Desta forma, na alteridade que se faz síntese e comunidade está a possibilidade da efetiva participação. E nesta está a possibilidade do OP enquanto exercício popular e democrático de política.

Abstract: The aim of this text is to put for reflection some elements Which give theoretical support to the Working up of the democratic participation of the public budget (*Orçamento Participativo- OP*). The discussion goes through Which it is intended as participation, having as its basic axis the category of the analetic While a basis for ethic. It also discusses the importance of ethical and political pre-suppositions Which ought to lead the OP.

Key word: ethic; analetic; democrat; participation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 4. ed. Brasília: UNB, 2001.
- BERGE, Damião. *O Logos Heraclítico*. Introdução ao estudo dos fragmentos. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- CADOGAN, León. *Ayvu Rapyta*. Textos Míticos de los Mbya-Guarani del Guairá. Assunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1997.
- DUSSEL, Enrique. *Método para uma Filosofia da Libertação (Método para una Filosofía de la Liberación)*. S. Paulo: Loyola, 1984.
- _____. *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KANT, Immanuel. *Crítica de la Razón Práctica; Fundamentación de la Metafísica de las Costumbres; La paz perpétua*. México: Porrúa, 1972.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1997. v. 1 e 2.
- HEIDEGGER, Martin. *Sobre o Humanismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. *L'être et le temps*. Paris: Gallimard, 1964.
- _____. *O Caminho do Campo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969
- LEVINAS, Emmanuel. *Totalidad e infinito*. Ensayo sobre la exterioridad. Salamanca: Sígueme, 1977.
- LIMA, Carlos Cirne. *A Lógica do Absoluto*. In: *Síntese Nova Fase* 1993: 451.
- _____. *Dialética e Antinomia*. In: *Veritas*, n 164, Porto Alegre: Pucrs, 1996.
- _____. *Dialética e Evolução*. In: *Veritas*, n.160, Porto Alegre: Pucrs, 1995.
- _____. *O Realismo Dialético*. A Analogia como Dialética do Realismo. Porto Alegre: Globo, 1967.
- OS PENSADORES. São Paulo: Victor Civita, 1974. (52 v.).
- PLATÃO. *Obras Completas*. Madrid: Aguillar, 1972.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ZANOTELLI, Jandir João. *América Latina: Raízes Sócio-político-culturais*. 2. ed. Pelotas: Educat, 1999.
- ZANOTELLI, Jandir et alii. *Rio Grande do Sul: Arquétipos culturais e desenvolvimento social*. Pelotas: Educat, 2000.
- ZUBIRI, Xavier. *Naturaleza, Historia, Dios*. Madrid: Nacional, 1963.

